

ETEC JUSCELINO KUBITSCHKEK
ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM
ADMINISTRAÇÃO
(M-TEC/PI)

EDUARDO SOUZA
JOSUÉ CARVALHO DE SOUZA
KAUÊ FERREIRA RODRIGUÊS DE AQUINO
LEONARDO DUBIANI

ESPORTE E INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE ACESSIBILIDADE
ACESSIBILIDADE DO ESPORTE NO BRASIL

DIADEMA-SP

2025

[Digite aqui]

EDUARDO SOUZA

JOSUÉ CARVALHO DE SOUZA

KAUÊ FERREIRA RODRIGUÊS DE AQUINO

LEONARDO DUBIANI

Acessibilidade do esporte no Brasil

Esporte para deficientes

Trabalho de Conclusão de Curso em
Administração pela Instituição de Ensino
ETEC JUSCELINO KUBITSCHEK DE
OLIVEIRA, como requisito parcial para a
obtenção do título de Administrador.

Orientador: Prof. Rodolfo Angelo

Correia Gerstenberger

DIADEMA-SP

2025

[Digite aqui]

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar como a acessibilidade no Brasil se torna um fator limitante para os atletas deficientes. Para isso, buscamos, por meio de artigos acadêmicos, referências literárias e documentais, sobre o tema acessibilidade do esporte, incluindo a origem do esporte para pessoas com deficiência, políticas que englobam o assunto, surgimento das paraolimpíadas e o impacto do esporte na mente dos atletas veteranos de guerra e de cidadãos deficientes na sociedade brasileira, a fim de tecer considerações acerca dos impactos do esporte mediante a acessibilidade disponível. Para responder esta indagação realizamos duas pesquisas, uma voltada para o esporte e outra para a questão da acessibilidade utilizando a coleta de dados e análise de discurso, com o propósito de compreender a questão abordada neste trabalho.

Palavras-chave: acessibilidade; Brasil; atletas deficientes; esporte; deficiência.

[Digite aqui]

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze how accessibility in Brazil becomes a limiting factor for athletes with disabilities. To this end, we sought, through academic articles, literary and documentary references on the topic of accessibility in sport, including the origin of sport for people with disabilities, policies encompassing the subject, the emergence of the Paralympics, and the impact of sport on the minds of veteran athletes and disabled citizens in Brazilian society, in order to make considerations about the impacts of sport in relation to available accessibility. To answer this question, we conducted two studies, one focused on sport and the other on the issue of accessibility, using data collection and discourse analysis, with the purpose of understanding the issue addressed in this work.

Keywords: accessibility; Brazil; athletes with disabilities; sport; disability.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1: Pessoa com deficiência ou não.....	41
Gráfico 2 - Qual deficiência você possui.....	42
Gráfico 3 - Praticante de atividades físicas ou esportivas.....	43
Gráfico 4 - O local de prática da atividade física possui alguns dos itens básicos de acessibilidade	44
Gráfico 5 - Avaliação da infraestrutura de locais frequentados cotidianamente	45
Gráfico 6 - Possui algum recurso acessível de comunicação?	46
Gráfico 7 - Já passou ou presenciou uma situação onde foi negada a possibilidade de uma pessoa praticar alguma atividade pela falta de acessibilidade?	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Questão problema.....	8
1.2 Objetivo	8
1.3 Justificativa	8
1.4 Metodologia	9
2 DESENVOLVIMENTO	10
2.1 Acessibilidade	10
2.1.2 -Tipos de deficiências: Deficiência Auditiva	13
2.1.3 -Tipos de deficiências: Deficiência visual.....	14
2.1.4 -Tipos de deficiências: Deficiência intelectual	15
2.2 Esporte no Brasil.....	17
2.2.1 - Criação do esporte	17
2.2.2 - Surgimento no Brasil	17
2.2.3 - Importância na sociedade	18
2.2.4 - Práticas esportivas para pessoas com deficiência	20
2.3 Acessibilidade	22
2.3.1 Comitê Paralímpico Brasileiro	26
2.3.2 Modalidades Paralímpicas.....	27
2.3.3 Atletas Paralímpicos Brasileiros de Destaque	33
2.3.4 Desafios enfrentados pelos atletas com deficiência no Brasil	35
2.3.5 Caminhos para Ampliar a Acessibilidade no Esporte	36
3 PESQUISA DE CAMPO	40
3.1 Pesquisa quantitativa	40
3.2 Pesquisa qualitativa.....	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
5 REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

A prática esportiva promove a saúde, o bem-estar e a inclusão social. Para pessoas com deficiência, a prática esportiva é importante para a reabilitação física, o desenvolvimento pessoal e a inserção na sociedade.

A origem do esporte adaptado surgiu como uma forma de terapia para veteranos de guerra que sofreram sequelas durante a Segunda Grande Guerra Mundial, dando a eles a oportunidade de praticar exercício físico. Em 1960 foi realizada a primeira edição dos jogos Paraolímpicos em Roma, Itália. Em 1989, foi criado o Comitê Paralímpico e, em 2001, foi celebrado um acordo entre essa entidade e o Comitê Olímpico Internacional. A partir daí, a mesma cidade organizaria tanto a olimpíadas como a paraolimpíadas.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, no Brasil existem cerca de 18,6 milhões de deficientes que poderiam praticar desportos adaptados diariamente, no entanto, no Brasil, a acessibilidade ao esporte ainda enfrenta diversos desafios, dificultando a participação plena de pessoas com deficiência em modalidades esportivas adaptadas.

O acesso ao esporte para pessoas com deficiência é impactado por fatores como a falta de infraestrutura adequada, escassez de profissionais especializados e deficiência na implementação de políticas públicas que garantam oportunidades igualitárias. Ainda que existam leis e programas voltados à inclusão esportiva, observa-se que sua aplicação é limitada, e muitas regiões do país ainda carecem de espaços adaptados e incentivo suficiente para que as pessoas com deficiência possam praticar esportes com qualidade.

1.1 Questão problema

Como a falta de infraestrutura adequada e falta de incentivo, promoção e oportunidades afetam os esportistas deficientes em todo o Brasil.

1.2 Objetivo

Essa pesquisa tem como objetivo analisar como a falta de incentivo, promoção e políticas públicas afetam pessoas com deficiência no esporte paraolímpico brasileiro, identificando leis e políticas públicas existentes, suas aplicações e as principais faltas de infraestrutura e adaptação que comprometem a experiência de pessoas com deficiência no esporte

1.3 Justificativa

Este trabalho visa investigar a acessibilidade no esporte no Brasil, identificando os principais desafios e barreiras que as pessoas com deficiência, de acordo com o IBGE, cerca de 23,9% (2010) do total enfrentam para participar de atividades esportivas. Além disso, busca analisar as políticas públicas e iniciativas privadas que visam promover a acessibilidade no esporte e identificar boas práticas que possam ser replicadas em outras regiões do país.

A realização deste estudo é fundamental para contribuir com a construção de uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos, independentemente de suas condições físicas. Além disso, espera-se que os resultados desta pesquisa possam ajudar a elaboração de políticas públicas e iniciativas privadas mais eficazes para promover a acessibilidade no esporte no Brasil

1.4 Metodologia

Esta pesquisa é de caráter exploratório, pois busca entender melhor o tema e conhecer o público envolvido de forma mais próxima. A ideia é observar a realidade e reunir informações que ajudem a compreender como as pessoas percebem e vivenciam o assunto tratado. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal desenvolver e esclarecer conceitos, permitindo ao pesquisador formular perguntas e hipóteses mais precisas para estudos futuros. Por isso, optou-se pela pesquisa de campo, que possibilita um contato mais direto com o contexto estudado, mesmo que a abordagem com os participantes aconteça de forma indireta.

Em relação à metodologia, o trabalho segue o método indutivo, que parte da observação de situações específicas para chegar a conclusões mais amplas sobre o fenômeno analisado. Como explicam Marconi e Lakatos (2017), o método indutivo baseia-se em fatos concretos para construir entendimentos gerais sobre o tema. Esse método, foi proposto por Francis Bacon, valoriza a observação e a análise da realidade como caminho para gerar conhecimento.

A coleta de dados será feita por meio de observação indireta, sem interferir no comportamento das pessoas envolvidas. Será aplicado um questionário com perguntas quali-quantitativas, o que permite captar tanto percepções mais subjetivas quanto informações objetivas que ajudem a compreender o problema de forma completa.

Por fim, os resultados obtidos serão organizados e analisados em um relatório de pesquisa, que fará parte do estudo monográfico proposto. Esse processo servirá para reunir e interpretar as informações de maneira clara, contribuindo para a compreensão da acessibilidade e da inclusão no esporte adaptado.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Acessibilidade

Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público a acessibilidade se define por possibilidade e condições de alcance, percepção e entendimento para a utilização, em igualdade e oportunidades, com segurança e autonomia, do meio físico do transporte da informação e comunicação, inclusive dos sistemas de tecnologia e informação e comunicação, bem como outros serviços e instalações. Em 19 de novembro de 2000 criou-se a primeira lei de acessibilidade na legislação brasileira, a Lei n.º 10.098, que se tornou uma lei muito importante, pois foi a primeira lei criada com um único intuito de ajudar pessoas com deficiências. A lei determina como obrigatoriedade a promoção de acessibilidade em: edificações, transportes, comunicações, eventos, entre outros.

15 anos depois da Lei n.º 10.098 a legislação brasileira revigora a importância da aprovação em projetos que contribuam para a acessibilidade de um direito garantido à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida de viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social, com a criação da Lei n.º 13.146. Os principais direitos de cidadania que foram reforçados foram a: saúde, educação, moradia, trabalho, previdências sociais e lazer.

Sobre a diferença entre acessibilidade e acesso, o estudioso E.J. Manzine (2005, p.31) afirma:

Uma das interpretações que distingue acesso de acessibilidade é que o

- primeiro termo parece refletir um desejo de mudança e a busca de algum objetivo. Acesso parece significar o processo para atingir algo. O termo acesso significa a necessidade de luta para alcançar um objetivo. Parece estar também relacionado à questão da atitude em relação à exclusão. Já o termo acessibilidade parece refletir algo mais concreto, palpável. O conceito de acessibilidade se sedimenta em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas da vida cotidiana, ou seja, a acessibilidade parece ser algo que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado. Dessa forma, pode-se criar

condições de acessibilidade para que as pessoas possam ter acesso a determinadas situações ou lugares.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004) define acessibilidade, por meio da norma NBR 9050, como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos. A mesma norma define o termo acessível como espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Analisando essas afirmações junto a lei N.º 10.098 e a Lei N.º 13.146 podemos perceber que, as expressões acesso e acessibilidade são constantemente confundidas pelas pessoas que pouco sabem sobre o assunto, podemos perceber essas confusões muitas vezes em frases simples como: é necessário que as pessoas com deficiências tenham acesso ao esporte. O termo acesso no meio do comentário significaria que é preciso abrir vagas e incluir essas pessoas no meio do esporte. O que seria diferente de dizer que era necessário que as pessoas tenham acessibilidade no esporte, já que o termo acessibilidade indica adaptação dos meios físicos como construções, equipamentos, transporte, mobílias, adaptação dos meios comunicativos e até mesmo cláusulas, regras e regulamentações dos esportes.

Dito tudo isso, é muito importante desenvolver o pensamento de acessibilidade para que a inclusão das pessoas com deficiência seja aplicada de maneira correta e eficiente dentro dos meios sociais, principalmente no meio esportivo, onde a capacidade de inclusão e quebra de barreiras preconceituosas são muito grandes, tanto no Brasil quanto no mundo, exemplo disso são as paraolimpíadas e os atletas paralímpicos.

Agora que sabemos um pouco mais sobre acessibilidade e inclusão podemos nos aprofundar mais sobre o tema, mas antes disso é importante ressaltarmos o que

[Digite aqui]

classifica uma pessoa com Pcd. De acordo com o estatuto da pessoa com deficiência (2015, Lei nº13.146 - Art 2º) conceitua a seguinte afirmação sobre pessoas deficientes:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

De acordo com essa base podemos classificar as deficiências em 4 tipos:

física, auditiva, visual, intelectual.

2.1.1 - Tipos de deficiências: Deficiência física

No Brasil as diferentes formas de deficiências físicas estão escritas e definidas no Decreto Nº 5.296/2004 e suas alterações nos seguintes termos:

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Podemos entender que, deficiente físico pode ser uma pessoa com modificações ou alterações físicas que causem problemas ou dificuldades no seu dia a dia mediante a atividades físicas motoras, ou, como uma desvantagem por causa de uma limitação que impede o desenvolvimento físico da pessoa. Resumindo, refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso; as doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas.

Quanto às qualificações ou naturezas da deficiência física, podem se dividir da seguinte forma: Distúrbios ortopédicos e Distúrbios neurológicos.

[Digite aqui]

Os distúrbios ortopédicos são os problemas originados nos músculos, ossos e/ou articulações. Já os distúrbios neurológicos referem-se a deterioração ou lesão do sistema nervoso. Algumas características observáveis para identificar um deficiente físico são: Movimentação não coordenada ou atitudes desajeitadas de todo o corpo ou parte dele, marcha não coordenada, pisa na ponta dos pés ou manca, Pés tortos ou qualquer deformidade corporal, pernas em tesoura (uma estendida sobre a outra), segura o lápis com muita ou pouca força, dificuldade para realizar atividades que exijam coordenação motora fina, desequilíbrios e queda constantes, dor óssea e articular ou muscular.

2.1.2 -Tipos de deficiências: Deficiência Auditiva

No Brasil as diferentes formas de deficiências auditiva estão escritas e definidas no Decreto Nº 5.296/2004 e suas alterações nos seguintes termos: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Então entende-se por meio dessa definição que o deficiente auditivo é uma pessoa que possui a perda leve, moderada, parcial ou total da audição. Refere-se ao comprometimento do ouvido médio, no ouvido interno ou nervo auditivo que causem problemas ou dificuldades na vida social e pessoal de uma pessoa.

Quanto às qualificações ou naturezas da deficiência auditiva, podem se dividir da seguinte forma: Condutiva, Neurosensorial e Central.

A deficiência auditiva condutiva ocorre quando há algum problema na transmissão do som entre o ouvido externo e o ouvido médio. Pode ser causada por infecções, excesso de cera, perfuração no tímpano, entre outros fatores. As Neurosensoriais são causadas por danos nas células sensoriais da cóclea ou nos nervos auditivos. É um tipo de perda auditiva permanente, e pode ser de origem genética, causada por envelhecimento, exposição a ruídos altos ou uso de produtos ototóxicos. Já a deficiência auditiva central é quando a surdez está relacionada a falhas no cérebro, dificultando o processamento dos sons, mesmo que a audição física esteja preservada. Pode afetar a compreensão da fala e a percepção de sons em ambientes com muito ruído.

[Digite aqui]

Algumas das características observáveis para identificar um deficiente auditivo são: Dificuldades em entender a fala, necessidade de aumentar o volume de aparelhos eletrônicos, dificuldades em entender em ambientes ruidosos, utilização de língua de sinais ou leitura labial, ou fala muito alto para se ouvir.

2.1.3 -Tipos de deficiências: Deficiência visual

No Brasil as diferentes formas de deficiências físicas estão escritas e definidas no Decreto Nº 5.296/2004 e suas alterações nos seguintes termos:

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores

De modo simplificado segundo o Governo do estado do Paraná a deficiência visual é a perda ou redução da capacidade visual em caráter definitivo, que não pode ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico. Portanto, uma pessoa com alto grau de miopia, por exemplo, não é uma pessoa com deficiência visual, uma vez que existem alternativas para correção dessa limitação

A Deficiência visual pode ser classificada por graus de visão: Baixa visão que é quando a visão pode ser compensada com lentes de aumento, lupas com auxílio de bengalas e de treinamento de orientação. O próximo nível é o próximo a cegueira que é quando a pessoa ainda é capaz de distinguir luz e sombra mas já utiliza o sistema braile para ler e escrever, locomove-se de bengala e precisa de treinamentos e orientação de mobilidade. E por último a cegueira, que faz uso total do sistema braile, precisa de bengalas, cães guia e treinamento de orientação e mobilidade passam de opcional para fundamentais. Algumas outras classificações são a visão monocular e a deficiência visual congênita (deficiência na visão desde o nascimento).

Segundo o Centro de apoio para deficientes visuais (Instituto dos cegos) as causas da perda de visão pode ser dividida em dois pontos: Congênitas e adquiridas.

As Congênitas são sofridas por causas genéticas e degenerativas como, Amaurose congênita de Leber, malformações oculares, glaucoma congênito e catarata

[Digite aqui]

congenita. Já as deficiências visuais adquiridas podem ser causadas por infecções, nutricionais, traumáticas ou por doenças, alguns exemplos são traumas oculares catarata, degeneração senil de mácula, glaucoma, alterações retinianas relacionadas à hipertensão arterial ou diabetes.

Alguns dos sinais a se observar para reconhecer uma pessoa com deficiência visual são as cores das bengalas de orientação, se a pessoa tem dificuldade de enxergar a noite ou enxerga borrado ou turvo, se ela não consegue ou possui dificuldade de identificar cores, objetos e pessoas, muita sensibilidade a luz e se a pessoa utiliza muito do tato para se localizar ou identificar algo.

2.1.4 -Tipos de deficiências: Deficiência intelectual

No Brasil as diferentes formas de deficiências físicas estão escritas e definidas no Decreto Nº 5.296/2004 e suas alterações nos seguintes termos:

funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho

Essa decreto explica que Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Segundo o Pediatra de desenvolvimento comportamental, Stephen Brian Sulkes (2024) que atua no área medicinal de deficiências do Neurodesenvolvimento a Deficiência intelectual pode apresentar déficit nas seguintes áreas: Função intelectual e Função adaptativa.

O déficit na função intelectual se apresenta por meio de falhas de raciocínio, planejamento e resolução de problemas, também por pensamentos abstratos e dificuldades de aprendizagem. Já o déficit na função adaptativa é a dificuldade ou falha

da capacidade de atender os padrões apropriados à idade e condição sociocultural para o funcionamento independente nas atividades de vida diária.

A Classificação Internacional das Doenças, da Organização Mundial da Saúde (CID-10, 1998), define e classifica a DI em 4 níveis, considerando os resultados nos testes de quociente de inteligência (Qi) e na capacidade funcional da pessoa: Retardo mental leve (Qi entre 50-69), Retardo mental moderado (Qi entre 35-49), Retardo mental grave (Qi entre 20-40) e Retardo mental profundo (Qi abaixo de 20).

Diversas são as causas de uma deficiência cerebral de acordo com o Centro médico de neurologia e neurocirurgia de Joinville (SC):

Anomalias cromossômicas, doenças maternas adquiridas na gestação, uso de álcool, tabaco ou drogas na gravidez estão entre as principais causas. Deve-se ainda investigar malformações cerebrais, doenças metabólicas, doenças infecciosas intrauterinas (Rubéola, Zika, Toxoplasmose), asfixia, epilepsia ou mesmo desnutrição grave especialmente no primeiro ano de vida.

Muitos sinais de deficiência intelectual podem aparecer na primeira infância, mas também podem não ser percebidos até a idade escolar, dependendo da gravidade. Os sinais mais comuns de deficiência intelectual são: Atrasos para rolar, sentar, engatinhar e andar, atrasos ou dificuldades na fala, dificuldade para ir ao banheiro, se vestir e se alimentar, memória prejudicada, incapacidade de conectar ações com consequências, comportamentos impulsivos e agressivos (acessos de raiva) e dificuldade para resolver problemas e com o pensamento lógico, em geral.

As pessoas com deficiência intelectual grave ou profunda, podem ter outros problemas de saúde, como convulsões, transtornos do humor, autismo, deficiências motoras, problemas de visão ou de audição.

2.2 Esporte no Brasil

2.2.1 - Criação do esporte

A professora Marima Barreto (2018), descreve o surgimento do esporte na história como algo dos povos e tempos antigos, sendo um desafio para os estudantes da área datar exatamente sua criação. Marima afirma que as práticas esportivas surgiram das necessidades de sobrevivência humana, que faziam uso de lutas, corridas, saltos, natação e arremessos para preservar a própria vida.

Ademais, o esporte conquistou o profissionalismo apenas a partir de 550 a.C., onde os vencedores recebiam prêmios em dinheiro (MARIMA BARRETO, 2018). Por volta do século XIX inicia-se a institucionalização e normatização dos esportes na Inglaterra, visando a regulamentação dessas atividades para evitar desordem e falta de organização que resultam em atitudes violentas entre os praticantes. Decorrente a isso, surge o denominado “esporte moderno”, que diferenciava esses esportes organizados dos jogos tradicionais existentes até então. Essas modificações foram fundamentais para promover a cooperação entre atletas e equipes, permitindo o controle da tensão gerada durante as partidas, (JÚNIOR, 2021, p. 180).

2.2.2 - Surgimento no Brasil

Clarisse Setyon (2013), esclarece que o surgimento do esporte no Brasil se deu em 1641, especificamente em Recife, onde brasileiros e portugueses se uniram para realizar torneios equestres (conhecidos como turfes) contra os holandeses. Em 1837, é criado pelas paróquias um projeto para o ensino em ginástica, natação, equitação e dança para meninas desamparadas do Rio de Janeiro. As competições surgiram somente em 1846 no Rio de Janeiro, com o remo.

É possível dividir os estudos da história do esporte em cinco fases: A primeira diz respeito às pioneiras produções expostas entre o final do século XIX e início do século XX. Diversos pesquisadores da época indagavam a falta de registros e de testemunhas que compuseram o surgimento dos esportes, assim afirmando a possibilidade de que no futuro os fatos possam ser adulterados, gerando um apagamento da origem de cada modalidade, (MELO, 2010, p. 18); já a segunda fase, datada do período de 1920 a 1930, é marcada pela preocupação maior com a história da educação física e da ginástica, tendo uma produção nacional pequena que utilizava de livros importados para basear sua história; A terceira fase (décadas de 1940-1980) é marcada pelo aumento da produção baseada em investimentos na história brasileira, até então pouco abordada; A quarta fase (década de 1980) é marcada pela crítica e pelo anúncio de redimensionamento dos estudos anteriores, a partir fundamentalmente de uma inspiração teórica marxista; A quinta e atual fase (a partir da década de 1990), portanto, é marcada por uma maior sistematização e institucionalização dos estudos e pela configuração mais clara da história do esporte como um campo de investigação, (MELO, 2010, p. 19-21).

2.2.3 - Importância na sociedade

Pedro Ferreira et al. (2011), descreve que o esporte assume um papel fundamental na solução de problemas sociais e se mostra necessário como uma questão pública, auxiliando na formação dos cidadãos. Ao decorrer dos anos, o conceito de esporte sofreu diversas alterações, deixando de ser apenas um simples lazer ou competição e se transformando em uma atividade econômica, que proporciona benefícios em inúmeros aspectos da vida, como no biológico, psicológico e social.

Dentro do aspecto biológico, é comprovado que a prática de esportes desencadeia uma série de benefícios aos seus adeptos. Segundo um levantamento realizado em 2023 pelo Sesi, 72% das pessoas que praticam exercícios com frequência não tiveram problemas de saúde nos últimos 12 meses. Essa prática vem sendo indicada na prevenção e tratamento de doenças cardiovasculares e outras doenças crônicas por diferentes associações de saúde no mundo. A realização de exercícios físicos apresenta efeitos benéficos na prevenção e tratamento da hipertensão arterial, resistência à

insulina, diabetes, dislipidemia, obesidade, complicações cardiorrespiratórias, além de várias outras patologias, (FERREIRA et al. 2011).

Dentro do fator psicológico percebe-se a importância do exercício físico e prática de esporte diante do ganho na capacidade de raciocínio e na função cognitiva, visto que esse costume melhora e protege a função cerebral, demonstrando que pessoas fisicamente ativas apresentam menos riscos de sofrerem com desordens mentais. Um estudo realizado por Dishman et al. em 2021 mostra que exercício físico reduz em 31% as chances de depressão, diante disso, percebe-se que essa prática resulta na prevenção ou melhora no quadro de doenças psicológicas, como a depressão, (FERREIRA et al. 2011).

Pedro Ferreira et al. (2011), afirma que diante da dimensão social, o esporte também é notoriamente relevante e seus benefícios são facilmente percebidos. Ele colabora na formação do cidadão, desenvolvendo princípios, valores morais e éticos, além de gerar uma intensa interação social. Com isso, se obtém senso de coletividade, trabalho em grupo, espírito de equipe, companheirismo e respeito mútuo. Andre Orsine (2020), aborda o potencial de socializar indivíduos de diferentes classes, religiões, etnias e outras diferenças através do esporte, demonstrando como sua existência é essencial dentro da sociedade e frisando a importância dos investimentos realizados dentro da área.

Tornou-se notório ao decorrer dos anos a boa desenvoltura de atividades esportivas diante do combate à violência, onde de acordo com o coordenador do escritório Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e cultura (Unesco) no Brasil, observa-se uma queda de 30% na criminalidade em locais que possuem programas de apoio ao esporte para crianças e adolescentes. Com isso, a prática esportiva atualmente já é entendida como uma política pública essencial, sendo uma solução para incontáveis problemáticas comuns do mundo inteiro, (PLACARSOFT, 2021).

De acordo com a Placarsoft (2021) - empresa que gerencia atividades esportivas de instituições públicas e privadas - garantir à população o acesso a essas práticas não só auxilia na prevenção e melhoria de problemas relacionados à saúde, mas sobretudo,

[Digite aqui]

dispõe uma melhor qualidade de vida, desenvolvendo aspectos socioemocionais e auxiliando os grupos socialmente excluídos com a queda no uso de drogas e a diminuição do índice de violências nas regiões periféricas. Considerando esse cenário, percebe-se a relevância da democratização do esporte, para enfim poder acolher todos os cidadãos brasileiros.

2.2.4 - Práticas esportivas para pessoas com deficiência

O mestre em Atividade Física Adaptada, Vinícius Cardoso (2011), o esporte adaptado surgiu como um recurso importante para a reabilitação física, psicológica e social de pessoas portadoras de alguma deficiência, consistindo em modificar regras, materiais e locais para as atividades, possibilitando a inclusão e participação desses grupos em diversas modalidades. A reabilitação visa assegurar a maior independência, integração e inclusão para essas pessoas diante das atividades cotidianas.

A prática esportiva por pessoas com deficiência demonstra muitos benefícios, entre estes podem ser destacados, a reabilitação física, psicológica e social, melhoria geral da aptidão física, grandes ganhos de independência e autoconfiança para a realização de atividades da vida diária, além de uma melhora do autoconceito e da autoestima dos praticantes, (Vinícius Cardoso, 2011).

Além disso, de acordo com o Instituto Freedom (2019), o desenvolvimento desses fatores e a existência de esportes que incluam a população portadora de deficiências, contribui para que algumas pessoas encontrem a força necessária para se superarem, deixando as limitações de lado e podendo muitas vezes realizar sonhos.

Em entrevista realizada por Matheus Wenna, para o EU Atleta, Rafael Vitorino de 15 anos, nascido com acondroplasia – um dos tipos mais comuns de nanismo – relata:

“Todo deficiente passa por bullying e o esporte nos ajuda a superar esta barreira. Eu passo a ser identificado não mais como uma pessoa com nanismo, mas sim como um atleta, alguém que nada bem. Eu passo a receber um “rótulo bom”. Quando eu comecei a competir na natação, eu sempre sentia força com meus amigos me dando parabéns pelas minhas medalhas. É um apoio que traz muitos benefícios para qualquer pessoa. Também sinto que no esporte é um ambiente onde sofremos menos preconceito.”

Um estudo realizado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Escola Paulista de Medicina no Setor de Doenças Neuromusculares (2000), fez o uso do esporte para tentar reintegrar à sociedade indivíduos marginalizados pela sua limitação física, usando dos resultados para criar uma análise dos possíveis benefícios do esporte. Usando o teste de perfil psicológico dos estados de humor - POMS, utilizado rotineiramente para avaliação de pacientes psiquiátricos, mas que também permite uma avaliação de indivíduos na área clínica e esportiva - foi possível observar um alto vigor e baixa depressão.

Outrossim, durante os dois anos de vivência desses indivíduos portadores de limitação física para a realização deste estudo, as mudanças mais relevantes observadas foram nos aspectos sociais, onde dos 15 participantes que praticavam a natação, 66,6% tiveram melhora no trabalho, 73,3% tiveram melhora com habilidade com problemas familiares; 79,9% tiveram melhora na conversa com uma pessoa, 80% tiveram melhora na conversa com mais pessoas, 93,3% tiveram melhora nas atividades domésticas e no relacionamento com companheiro e 100% tiveram melhora nas atividades sociais, de lazer e relacionamento com amigos, (UNIFESP, 2000).

A pesquisa então concluída pela UNIFESP no ano 2000, demonstra que as mudanças vivenciadas por estes grupos despertaram, em cada pessoa portadora de alguma deficiência física envolvido no programa esportivo, a vontade de melhorar o seu mundo, provando para si mesmo e para a sociedade que possuem a capacidade de terem soluções para suas maiores dificuldades ou barreiras. Logo, a integração que o esporte trouxe para esses portadores de limitação física foi de muita importância para eles próprios e para as pessoas que se relacionavam com eles, permitindo-lhes melhor identidade na sociedade.

O artigo publicado pelo Centro Universitário de Belo Horizonte, Laboratório de Psicologia do Esporte junto a Universidade Federal de São Paulo, Centro de Estudos de Psicobiologia e Exercício em 2009 explica que, para o portador de deficiência física que se envolve cotidianamente em atividades esportivas, surge a percepção de estar vivendo uma vida mais saudável, acarretando a ideia de possuir melhor imagem corporal e, conseqüentemente, alavancando sua autoestima. Subseqüente a isso, os benefícios psicológicos adquiridos com auxílio da prática regular de atividades físico-esportivas

[Digite aqui]

impactam positivamente as relações de trabalho, a vida afetiva e social. Adicionalmente, essa prática resulta na redução dos níveis de ansiedade, estresse e depressão; melhora no humor; aumento do bem-estar físico e psicológico; melhor funcionamento orgânico geral e disposição física e mental aumentada. Dessa forma, é possível reconhecer que recursos psicológicos adquiridos através do esporte - como o otimismo, o controle pessoal e o senso de significado - são indispensáveis, visto que exercem papel de reservas que permitem às pessoas com deficiência enfrentarem melhor os eventos críticos da vida.

Edênia Garcia, atleta paraolímpica de natação portadora de atrofia fibular muscular - que interfere nos movimentos dos membros inferiores e ocasiona quedas durante o caminhar – relata:

"A natação chegou para mim como uma forma de me identificar, de criar a minha autoimagem, de me aceitar, de me mostrar que eu sou capaz de estar convivendo na nossa sociedade como qualquer outra. Eu consegui transformar minha limitação física em uma ferramenta de trabalho"

Perante o exposto, a importância da inclusão do esporte e da prática de exercícios físicos é inegavelmente essencial dentro da sociedade, especialmente no hodierno da população portadora de algum tipo de deficiência, que de acordo com o censo realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representa 14,4 milhões (ou 7,3%) de pessoas no cenário brasileiro. Entretanto, pouco se tem estudado a respeito da qualidade de vida e dos fatores associados nessa população, o que evidencia ainda mais a importância desse trabalho.

2.3 Acessibilidade

A história do esporte para as pessoas com deficiência começou na Inglaterra. Ludwig Guttmann criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital de Stoke Mandeville, destinado a tratar homens e mulheres do exército inglês feridos na Segunda Guerra Mundial. A partir desse momento surgem duas correntes de

[Digite aqui]

pensamento, uma delas, com enfoque médico, apresentada por Guttmann, utilizava o esporte como auxílio na reabilitação de seus pacientes buscando amenizar também os problemas psicológicos advindos principalmente do ócio no hospital. A outra corrente, norte-americana, utilizou o enfoque esportivo como forma de inserção social, dando a conotação competitiva utilizada pelo esporte. Essas correntes no decorrer da história se cruzaram formando objetivos comuns (COSTA; SOUSA, 2004).

A partir das correntes inglesa e norte americana, o esporte para pessoas com deficiência foi se desenvolvendo e em 1960 aconteceu em Roma, com 23 países e 400 atletas, a primeira olimpíada paralímpica com a denominação de Olimpíada dos Portadores de Deficiência. De acordo com estes autores, o termo Paraolímpico começou a ser utilizado em 1964 durante os Jogos de Tóquio, com a fusão das palavras paraplegia e olímpico. Nas paraolimpíadas ocorridas neste ano, foi sugerido a todos os comitês nacionais que utilizassem o termo Paraolimpíadas, como forma de padronização, pelo fato de que o comitê internacional é denominado: International Committee Paralympic.

No Brasil, a educação física começa a se preocupar com atividade física para pessoas com deficiência apenas após o ano de 1950. O marco deste desenvolvimento foi em 1958 com a fundação do Clube do Otimismo no Rio de Janeiro e do Clube dos Paraplégicos em São Paulo. Com o passar do tempo, com o desenvolvimento do esporte adaptado e a participação crescente das pessoas com deficiência no esporte, foram criadas entidades de deficiências afins. Atualmente, existem inúmeras associações que compõem o Comitê Paralímpico Brasileiro. Essas entidades têm como objetivo incentivar o esporte para pessoas com deficiência e organizar o desporto em nível de competições internacionais regionais, nacionais e continentais. (BRAZUNA; CASTRO, 2001).

Em relação às legislações direcionadas às pessoas com deficiência, a partir dos anos 70, surgem inúmeras manifestações mundiais que culminam com regulamentações de leis que passam a assegurar de maneira pontual, direitos às pessoas com deficiência. Os reflexos dessas leis somente após décadas de luta passam a ser observados em nível significativo em diversos países (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Possivelmente o grande avanço para que os benefícios da atividade física fossem estendidos a todas as pessoas, e não desprezados por governantes mundiais, foi a 20ª reunião da Conferência Geral das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1978) em que foi proclamada a “Carta Internacional da Educação Física e Desportos”, texto que destacou a prática de educação física e o esporte como um direito fundamental para todos e que deverão ser oferecidas oportunidades especiais de prática às pessoas muito jovens, ou idosas ou com algum tipo de deficiência ou enfermidade limitante, a fim de fazer possível o desenvolvimento integral de sua personalidade, por meio de programas de Educação Física e Desporto adaptado às suas necessidades. Para Azevedo e Barros (2004), foi este evento que impulsionou o desenvolvimento da legislação específica para o esporte e a pessoa com deficiência.

No Brasil, as principais legislações e resoluções desenvolvidas relacionadas a este assunto são: Decreto Federal nº 914, de 6 de setembro de 1993, preconiza como uma das diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a inclusão da pessoa portadora de deficiência, respeitadas, as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, à edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 1993).

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – Lei Pelé – destaca, entre seus princípios fundamentais, a democratização do esporte, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação, nos termos do art. 2º, inciso III. E prevê dentre outras coisas, a elaboração de projeto de fomento da prática desportiva para pessoas portadoras de deficiência (artigo 5, 4) (BRASIL, 1998).

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, aborda precisamente o tema “esporte e lazer”. Define que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal

[Digite aqui]

dispensarão tratamento prioritário e adequado com vista a viabilizar, sem prejuízo de outras, medidas como: estímulo aos meios que facilitem o exercício de atividades desportivas entre a pessoa portadora de deficiência e suas entidades representativas e acessibilidade às instalações desportivas nos estabelecimentos de ensino. Surge então uma norma legal que objetiva a operacionalização de tudo o que antes estava na definição geral da Carta Magna brasileira (BRASIL, 1999).

Decreto N° 6.949, de 25 de agosto de 2009 concede imediata efetividade à

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Dessa forma, a partir da promulgação da referida convenção os dispositivos nela disciplinados quanto aos preceitos da dignidade, da valorização, da promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência entram em vigor passando a fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro. Em seu artigo 30, este decreto acorda que para que as pessoas com deficiência participem, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de atividades recreativas, esportivas e de lazer (BRASIL, 2009).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em sua 2ª edição de 2011 abordou novamente a questão da participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte enfatizando o direito à acessibilidade. No que se refere ao esporte, as medidas que deverão ser tomadas pelos Estados-Partes, mantiveram-se as mesmas já decretadas em 2009 (Artigo 30) (BRASIL, 2011).

Existem, também, regulamentações e leis estaduais e municipais que definem os direitos das pessoas com deficiência e suas relações com as práticas de atividades físicas e o esporte em geral. Como, por exemplo, o Decreto nº 53.603 de 23 de outubro de 2008 que instituiu o Comitê de Apoio ao Paradesporto, encarregado da elaboração do Plano de Ação Paradesportivo do Estado de São Paulo que deve tomar medidas

[Digite aqui]

como: incentivar e promover a máxima participação possível das pessoas com deficiência na prática usual de atividades esportivas em todos os níveis e assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso aos locais de eventos esportivos, recreativos e turísticos (BRASIL, 2008). E a Lei nº 14.659, de 26 de dezembro de 2007, que criou a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida – SMPED. Esta secretaria foi criada com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da pessoa com deficiência – seja ela física, mental, auditiva, visual, múltipla, surdocegueira - ou com mobilidade reduzida. A SMPED atua como articuladora de ações governamentais, intersecretariais e intersetoriais que atendam às necessidades desse segmento da população. Não é uma secretaria que tenha o foco específico para o esporte, porém também elabora políticas públicas direcionadas para este (BRASIL, 2007).

2.3.1 Comitê Paralímpico Brasileiro

As 19 modalidades que fazem parte do Comitê Paralímpico Brasileiro são desportos de larga tradição competitiva que coincidem com as modalidades olímpicas, exceto pelas adaptações que são necessárias para as pessoas com deficiência. Desta forma, os jogos paralímpicos são a expressão máxima do desporto de alta competição entre as pessoas com deficiência. A primeira participação brasileira nos jogos paralímpicos ocorreu no ano de 1972, na Alemanha, sem conquistas de medalhas

(TEODORO, 2006). Neste ano, nas Paralimpíadas ocorridas em Londres, a delegação brasileira obteve sua melhor participação: 70 lugar, com 21 medalhas de ouro, 14 de prata e 8 de bronze, totalizando 43 medalhas. O Comitê dispõe de um site na internet (www.cpb.org.br) que fornece notícias sobre os eventos oficiais para atletas paralímpicos, bem como informações referentes à estrutura organizacional, à legislação esportiva e aos jogos paralímpicos. O Comitê Paralímpico brasileiro organiza eventos como: Open Loterias Caixa de Para Natação e o Circuito Loterias Caixa Brasil Paraolímpico de Atletismo e Natação, Paraolimpíadas Escolares, Campeonato Brasileiro de Esgrima em Cadeira de Rodas entre outros.

2.3.2 Modalidades Paralímpicas

Atualmente, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) promove e organiza 19 modalidades esportivas adaptadas, reconhecidas pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC). Essas modalidades representam a diversidade de deficiências atendidas e demonstram que o esporte paralímpico possui um alto grau de exigência física, técnica e estratégica. Cada modalidade possui regras específicas, adaptadas para os diferentes tipos de deficiência – física, visual ou intelectual – e são disputadas com o mesmo espírito de excelência, competição e superação presentes no esporte convencional.

Algumas dessas modalidades são derivadas diretamente de esportes olímpicos, como o atletismo e a natação, enquanto outras são exclusivas do programa paralímpico, como o goalball e a bocha. A seguir, são apresentadas breves descrições das 19 modalidades atualmente contempladas pelo CPB:

Atletismo: O atletismo pode ser praticado por atletas com deficiência física, visual ou intelectual. Há provas de corrida, saltos, lançamentos e arremessos, tanto no feminino quanto no masculino.

Para os atletas com deficiência visual, as regras de utilização de atletas-guia e de apoio variam de acordo com a classe. Sendo obrigatório para os atletas da classe T11 (acuidade visual menor que LogMAR 2.60), opcional para a classe T12 (acuidade visual de LogMAR 1.50 até 2.60; e/ou campo visual menor que 10 graus de diâmetro) e não permitido para os competidores da classe T13 (acuidade visual de LogMAR 1.40 até 1; e/ ou campo visual menor que 40 graus de diâmetro).

Nas provas de fundo de 5.000m, de 10.000m e na maratona, os atletas das classes T11 e T12 podem ser auxiliados por até dois atletas-guia durante o percurso (a troca pode ser feita no decorrer da disputa). No caso de pódio, apenas o atleta-guia que terminar a prova recebe medalha

[Digite aqui]

Natação: Na natação, são disputadas provas de nado crawl (livre), costas, peito, borboleta e medley (prova com os quatro estilos). Para isso, os atletas são submetidos à classificação esportiva (funcional – para atletas com deficiência física –, visual e intelectual) para serem enquadrados em classes de disputa e, assim, poderem participar das competições.

Os atletas com menor grau de funcionalidade física podem realizar a largada de dentro da água, em vez de saltar do bloco, e/ou ter auxílio de um staff. Este por sua vez apenas auxilia o atleta na transferência da cadeira para o bloco ou o equilibra. É proibido qualquer tipo de impulso.

Já os nadadores com deficiência visual recebem o auxílio do tapper, por meio de um bastão com ponta de espuma e que sinaliza ao esportista a proximidade das bordas para que ele possa realizar a virada ou a chegada no término da prova. A largada também pode ser feita na água, no caso de atletas de classes mais baixas, que não conseguem sair do bloco.

Bocha: Praticada por atletas com elevado grau de paralisia cerebral ou deficiências severas, a bocha paraolímpica só apareceu no Brasil na década de 1970. A competição consiste em lançar as bolas coloridas o mais perto possível de uma branca (jack ou bolim). Os atletas ficam sentados em cadeiras de rodas e limitados a um espaço demarcado para fazer os arremessos. É permitido usar as mãos, os pés e instrumentos de auxílio (calhas), e contar com ajudantes (calheiros), no caso dos atletas com maior comprometimento dos membros.

Basquete em cadeira de rodas: modalidade de alto nível técnico, com regras similares ao basquete convencional, porém adaptadas para atletas cadeirantes.

Futebol de 5: exclusivo para cegos ou deficientes visuais. As partidas, normalmente, são em uma quadra de futsal adaptada, mas, desde os Jogos Paralímpicos de Atenas 2004, também têm sido praticadas em campos de grama sintética. O goleiro tem visão total e não pode ter participado de competições oficiais da Fifa nos últimos cinco anos.

Junto às linhas laterais, são colocadas bandas que impedem que a bola saia do campo. Cada time é formado por cinco jogadores – um goleiro e quatro na linha. Diferentemente de um estádio convencional de futebol, as partidas de futebol de cegos são silenciosas, em locais sem eco. O jogo é dividido em dois tempos de 15 minutos, com 10 minutos de intervalo.

A bola tem guizos internos para que os atletas consigam localizá-la. A torcida só pode se manifestar na hora do gol. Os jogadores usam uma venda nos olhos e, se tocá-la, cometerão uma falta. Com cinco infrações, o atleta é expulso de campo e pode ser substituído por outro jogador.

Há, ainda, um guia (chamador) que fica atrás do gol adversário para orientar os atletas do seu time. Ele diz onde os jogadores devem se posicionar em campo e para onde devem chutar. O técnico e o goleiro também auxiliam em quadra.

Futebol de 7 (PC Football): O futebol PC é praticado por atletas com paralisia cerebral, decorrente de sequelas de traumatismo crânio-encefálico ou de acidentes vasculares cerebrais. As regras são da FIFA, mas com algumas adaptações feitas pela Associação Internacional de Esporte e Recreação para Paralisados Cerebrais (CP-ISRA). O campo tem, no máximo, 75m x 55m, com balizas de 5m x 2m. A marca do pênalti fica a 9,20m do centro da linha de gol.

Cada time tem sete jogadores (incluindo o goleiro) e sete reservas. A partida dura 60 minutos, divididos em dois tempos de 30, com um intervalo de 10. Não existe regra para impedimento e a cobrança lateral pode ser feita com apenas uma das mãos, rolando a bola no chão.

Goalball: foi desenvolvido exclusivamente para pessoas com deficiência visual. A quadra tem as mesmas dimensões das de vôlei (9m de largura por 18m de comprimento).

As partidas são realizadas em dois tempos de 12 minutos, com três minutos de intervalo. Cada equipe conta com três jogadores titulares e três reservas.

De cada lado da quadra, há um gol com 9m de largura e 1,30m de altura. Os atletas são, ao mesmo tempo, arremessadores e defensores. O arremesso deve ser rasteiro ou tocar pelo menos uma vez nas áreas obrigatórias. O objetivo é balançar a rede adversária.

A bola tem um guizo em seu interior para que os jogadores saibam sua direção. O goalball é um esporte baseado nas percepções tátil e auditiva, por isso, não pode haver barulho no ginásio durante a partida, exceto no momento entre o gol e o reinício do jogo e nas paradas oficiais. A bola tem 76 cm de diâmetro e pesa 1,25 kg.

Tênis em cadeira de rodas: As semelhanças com o tênis convencional são muitas, mas existe a chamada regra dos dois quiques, que determina que o atleta cadeirante precisa mandar a bola para o outro lado antes que ela toque no chão pela terceira vez. As cadeiras utilizadas também são esportivas, com rodas adaptadas para um melhor equilíbrio e mobilidade. Não há diferença em relação às raquetes e às bolas.

Tênis de mesa: participam atletas do sexo masculino e feminino com paralisia cerebral, amputados e cadeirantes. As competições são divididas entre mesatenistas andantes e cadeirantes, com jogos individuais, em duplas ou por equipes. As partidas consistem em uma melhor de cinco sets, sendo que cada um deles é disputado até que um dos jogadores atinja 11 pontos. Em caso de empate em 10 a 10, vence quem primeiro abrir dois pontos de vantagem.

Em relação ao tênis de mesa convencional, existem apenas algumas diferenças nas regras, como na hora do saque para a categoria cadeirante. No Brasil, a modalidade é administrada pela Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM) e, internacionalmente, pela Federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF).

Esgrima em cadeira de rodas: Praticado por pessoas com amputações, lesão medular ou paralisia cerebral, a esgrima em cadeira de rodas é um esporte rápido e tenso, na qual os atletas devem usar sua inteligência e raciocínio estratégico para vencer seu adversário, julgando o momento e a quantidade de ataques assim como os movimentos defensivos. O esporte tem três tipos de disputas: florete, espada e sabre.

Judô: A modalidade é disputada por atletas com deficiência visual, cegos totais ou com baixa visão que são divididos em categorias por peso corporal. O tempo de luta é de quatro minutos. Em caso de empate na pontuação, ela é decidida no Golden Score (ponto de ouro, em inglês), uma espécie de prorrogação, com o vencedor sendo aquele que pontuar primeiro.

As lutas acontecem sob as mesmas regras utilizadas pela Federação Internacional de Judô, com pequenas modificações em relação ao judô convencional. A principal delas é que o atleta inicia a luta já em contato com o quimono do oponente. Além disso, o duelo é interrompido quando os lutadores perdem esse contato. Pode haver punições se os judocas saírem da área de combate.

Remo (Pararremo): O remo paralímpico consiste na prática do remo por pessoas com deficiência ou limitação física, visual ou déficit intelectual, que tenham mobilidade mínima de braços. As categorias da modalidade separam os atletas pelo seu tipo de deficiência física.

[Digite aqui]

Ciclismo (Paraciclismo): O Ciclismo é uma modalidade realizada com a bicicleta e praticada por atletas, de ambos os sexos, com deficiência física e deficiência visual.

Paralisados cerebrais, amputados e lesionados medulares (cadeirantes) competem no ciclismo adaptado. Obedecendo às regras da União Internacional de Ciclismo (UCI), a modalidade tem apenas algumas diferenças para adequar-se ao programa paralímpico.

As provas são divididas entre competições de pista (velódromo) e competições de estrada.

Os atletas podem competir em quatro tipos de bike, de acordo com a deficiência: convencional, triciclo, tandem e handbike. No Brasil, quem rege a modalidade é a Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC).

Halterofilismo: No halterofilismo, competem homens e mulheres que possuam deficiência nos membros inferiores (amputados e lesionados medulares) e paralisados cerebrais. Os atletas executam um movimento chamado supino, deitados em um banco. Cada competidor tem três tentativas. O maior peso levantado é considerado como resultado final.

Tiro esportivo: O tiro esportivo é uma modalidade que exige concentração, técnica e prática. Carabinas e pistolas de ar são utilizadas nos eventos de 10 metros de distância. Já nos 25 metros, é uma pistola de perfuração (pólvora) que toma conta da disputa. Carabinas de perfuração e pistolas são as armas das provas de 50m.

Rugby em cadeira de rodas: destinado a tetraplégicos, mistura elementos do basquete, futebol americano e hóquei. Os jogos ocorrem em quadras de 15 metros de largura por 28 metros de comprimento e têm quatro períodos de oito minutos. O objetivo é passar da linha do gol com as duas rodas da cadeira e a bola nas mãos. Assim como no rúgbi convencional, a modalidade para cadeirantes tem muito contato físico. São quatro atletas em cada equipe, que contam ainda com oito reservas cada.

No rúgbi em cadeira de rodas, competem juntos tanto homens quanto mulheres (não há divisão de gênero) com tetraplegia ou deficiências nas quais as sequelas sejam parecidas com a

[Digite aqui]

de um tetra e que são divididos em classes de acordo com a habilidade funcional. No Brasil, a modalidade é administrada pela Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas (ABRC).

Triatlo (Paratriatlo): Nas disputas do triatlo, competem homens e mulheres. A prova engloba 750m de natação, 20km de ciclismo e 5km de corrida, e pode ser praticada por pessoas com variados tipos de deficiência, como cadeirantes, amputados e cegos.

Vôlei sentado: No vôlei sentado, podem competir homens e mulheres que possuam alguma deficiência física ou relacionada à locomoção. São seis jogadores em cada time, divididos por uma rede de altura diferente e em uma quadra menor do que na versão olímpica da modalidade. Os sets têm 25 pontos corridos e, o tie-break, 15. Ganha a partida a equipe que vencer três sets.

A quadra mede 10m de comprimento por 6m de largura. A altura da rede é de 1,15m no masculino e 1,05m no feminino. É permitido bloqueio de saque, mas os jogadores devem manter o contato com o solo o tempo todo, exceto em deslocamentos. No Brasil, a modalidade é administrada pela Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (CBVD).

Tiro com arco: O tiro com arco paralímpico pode ser disputado por pessoas com amputações, paraplégicos e tetraplégicos, paralisia cerebral, doenças disfuncionais e progressivas, como a atrofia muscular e escleroses, com disfunções nas articulações, problemas na coluna e múltiplas deficiências.

Além das provas individuais e duplas, a modalidade ainda conta com a disputa por equipes, com três arqueiros em cada time. As regras do tiro com arco paralímpico são as mesmas do esporte olímpico. Os participantes têm como objetivo acertar as flechas o mais perto possível do centro do alvo, que fica colocado a uma distância de 70m e tem 1,22m de diâmetro, formado por dez círculos concêntricos. O mais externo vale um ponto, e o central, dez. Quanto mais próxima do círculo central estiver a flecha, maior a pontuação obtida.

Mistas:

badminton - é estruturado para pessoas com deficiência física e compôs o programa dos Jogos Paralímpicos pela primeira vez em Tóquio 2021. Para praticar a modalidade, atletas em

[Digite aqui]

cadeira de rodas e andantes utilizam uma raquete para golpear uma peteca na quadra dos adversários competindo em provas individuais, duplas (masculinas e femininas) e mistas em seis classes funcionais diferentes.

Taekwondo - o taekwondo é disputado por dois atletas, um com colete azul e outro vermelho. O colete possui sensores capazes de medir a potência do chute quando em contato com a meia do oponente. A meia tem 12 sensores em pontos distintos do pé.

A diversidade das modalidades oferecidas pelo CPB não apenas evidencia o potencial competitivo do esporte adaptado, mas também reforça a importância da inclusão e do direito ao esporte para todos. Esses esportes são resultado de décadas de desenvolvimento técnico, legislativo e social, e simbolizam as conquistas do movimento paralímpico no Brasil.

2.3.3 Atletas Paralímpicos Brasileiros de Destaque

O Brasil tem se consolidado como uma das potências no esporte paralímpico mundial, graças ao desempenho de seus atletas em competições internacionais. Além das conquistas em medalhas, esses atletas representam a superação de barreiras sociais, físicas e estruturais. Muitos deles se tornaram símbolos nacionais de inspiração, resiliência e excelência esportiva.

Entre os atletas de maior destaque estão:

Daniel Dias: Considerado o maior nadador paralímpico da história do Brasil e um dos maiores do mundo. Acumulou 27 medalhas paralímpicas (14 de ouro, 7 de prata e 6 de bronze) entre os Jogos de Pequim (2008), Londres (2012), Rio de Janeiro (2016) e Tóquio (2021). Sua atuação ajudou a popularizar a natação paralímpica no país.

Terezinha Guilhermina: Atletas cega de atletismo, especialista em provas de velocidade (100m, 200m e 400m). Conquistou 7 medalhas paralímpicas, sendo 3 de ouro, e ficou conhecida

por sua parceria com guias atletas e pela força de sua personalidade. Foi campeã em Londres 2012.

Petrúcio Ferreira: Natural da Paraíba, é velocista e recordista mundial nos 100m da classe T47 (deficiência nos membros superiores). Conquistou medalhas de ouro nos Jogos do Rio (2016) e de Tóquio (2021), além de bater recordes mundiais e representar uma nova geração de atletas paralímpicos.

Ricardo de Oliveira (Ricardinho): Maior nome do futebol de 5 (para cegos) no Brasil. Capitão da seleção brasileira, ajudou o país a conquistar quatro medalhas de ouro paralímpicas consecutivas (Atenas 2004, Pequim 2008, Londres 2012 e Rio 2016). Reconhecido por sua habilidade e liderança.

Alana Maldonado: Judoca da categoria até 70kg, com deficiência visual. Foi medalhista de prata na Rio 2016 e conquistou o ouro em Tóquio 2020, tornando-se um dos principais nomes do judô paralímpico nacional.

Esses atletas, entre muitos outros, não apenas conquistaram pódios, mas também contribuíram para a visibilidade do esporte paralímpico no Brasil. Suas histórias impactam diretamente na formação de políticas públicas, na conscientização da sociedade e no estímulo à prática esportiva entre pessoas com deficiência.

Além das conquistas individuais, vale destacar que o desempenho brasileiro nas Paralimpíadas vem melhorando a cada edição. Na Paralimpíada de Tóquio (2021), o Brasil ficou em 7º lugar no quadro geral de medalhas, com um total de 72 medalhas: 22 de ouro, 20 de prata e 30 de bronze – a melhor campanha da história até o momento.

2.3.4 Desafios enfrentados pelos atletas com deficiência no Brasil

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, os atletas com deficiência ainda enfrentam inúmeros desafios no Brasil. Esses obstáculos vão além das limitações físicas, estendendo-se a barreiras estruturais, sociais, econômicas e culturais que dificultam o pleno desenvolvimento esportivo e a igualdade de oportunidades.

Falta de infraestrutura adequada

Em muitas cidades brasileiras, especialmente fora dos grandes centros urbanos, faltam espaços acessíveis para a prática esportiva adaptada. A inexistência de academias, quadras, pistas ou piscinas com estruturas acessíveis limita a prática do esporte por pessoas com deficiência, tornando o início da vida esportiva mais difícil.

Carência de profissionais especializados

Outro desafio está na formação de profissionais capacitados para trabalhar com o esporte adaptado. Faltam técnicos, treinadores, fisioterapeutas e preparadores físicos com conhecimento específico sobre as necessidades de atletas com deficiência, o que compromete o desempenho e a segurança desses praticantes.

Baixo investimento e patrocínio

Embora existam incentivos públicos, como a Lei de Incentivo ao Esporte, o financiamento de atletas paralímpicos ainda é consideravelmente inferior ao dos atletas olímpicos. Muitos atletas relatam dificuldades para conseguir patrocínios, participar de competições internacionais ou adquirir equipamentos específicos – muitas vezes importados e de alto custo.

Preconceito e invisibilidade social

[Digite aqui]

O capacitismo – preconceito contra pessoas com deficiência – ainda está presente em muitos contextos sociais. Atletas paralímpicos enfrentam estigmas e, frequentemente, são vistos mais como exemplos de superação do que como profissionais de alto rendimento. Essa visão limitante reforça a exclusão e invisibiliza a dimensão técnica e competitiva do esporte paralímpico.

Desigualdade regional

Há uma forte concentração de recursos e projetos em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, enquanto regiões Norte e Nordeste contam com menos iniciativas. Isso dificulta a descoberta de talentos em todo o território nacional e compromete a democratização do esporte para pessoas com deficiência.

Falta de políticas públicas continuadas

Muitas políticas públicas voltadas ao paradesporto não possuem continuidade entre gestões políticas, o que provoca desarticulação de projetos, cortes de verbas e interrupção de iniciativas bem-sucedidas. A ausência de planos de longo prazo compromete o desenvolvimento sustentável da área.

Diante desses desafios, é fundamental que o poder público, as instituições esportivas e a sociedade civil atuem em conjunto para garantir o direito ao esporte como ferramenta de inclusão, saúde, desenvolvimento e cidadania. O investimento no esporte adaptado não deve ser tratado como exceção, mas como parte essencial de uma política esportiva nacional ampla e democrática.

2.3.5 Caminhos para Ampliar a Acessibilidade no Esporte

A superação dos desafios enfrentados pelos atletas com deficiência no Brasil exige um esforço coletivo e coordenado entre governo, iniciativa privada, instituições de ensino,

[Digite aqui]

organizações esportivas e a sociedade como um todo. Para garantir a efetiva inclusão e acessibilidade no esporte, algumas estratégias e caminhos podem ser destacados:

Fortalecimento de políticas públicas continuadas

É essencial que as políticas voltadas ao paradesporto tenham caráter permanente e sejam integradas a programas de educação, saúde, cultura e lazer. A criação de planos de desenvolvimento do esporte adaptado, com metas e orçamento definidos, pode garantir mais estabilidade e crescimento da modalidade no país.

Investimentos em infraestrutura acessível

A construção e a adaptação de espaços esportivos com acessibilidade universal devem ser uma prioridade. Quadras, ginásios, piscinas, academias e centros esportivos precisam contar com rampas, pisos táteis, sinalizações e equipamentos adaptados, garantindo o acesso e a segurança de todos os praticantes.

Capacitação de profissionais

A formação de professores de educação física, treinadores, árbitros, fisioterapeutas e outros profissionais da área deve incluir conteúdos específicos sobre esporte adaptado. Universidades e instituições de formação continuada têm papel essencial nesse processo, contribuindo para um atendimento mais qualificado e inclusivo.

Fomento à pesquisa e inovação

Investir em estudos voltados à biomecânica, equipamentos adaptados, tecnologia assistiva e desenvolvimento de metodologias para o esporte paralímpico pode promover avanços

[Digite aqui]

importantes. Universidades e centros de pesquisa devem ser incentivados a produzir conhecimento e inovação nessa área.

Ampliação da visibilidade e da valorização dos atletas

A mídia tem papel fundamental na mudança de mentalidades. A maior cobertura dos eventos paralímpicos, a divulgação de histórias de atletas com deficiência e a valorização do rendimento esportivo – não apenas da “superação” – são estratégias importantes para combater o preconceito e promover a igualdade de reconhecimento.

Incentivo à iniciação esportiva desde a escola

Programas de esporte escolar e comunitário devem ser pensados de forma inclusiva, com oferta de modalidades adaptadas e acesso garantido desde a infância. A base do esporte paralímpico está na inclusão precoce e no estímulo à prática esportiva em todas as fases da vida.

Parcerias com a iniciativa privada

O incentivo ao patrocínio e ao investimento privado, por meio de leis de incentivo fiscal e campanhas de responsabilidade social, pode ampliar os recursos destinados ao paradesporto e apoiar o desenvolvimento de atletas e equipes em todo o país.

A construção de um cenário esportivo mais acessível e inclusivo não se dá apenas por meio de grandes eventos e conquistas internacionais, mas principalmente pelo acesso diário à prática esportiva de qualidade por todas as pessoas, com ou sem deficiência. O esporte, nesse sentido, é instrumento de empoderamento, transformação social e afirmação de direitos.

[Digite aqui]

Discutir acessibilidade no esporte é reconhecer a importância de oferecer espaço para todos, inclusive para quem tem alguma deficiência. O caminho até aqui foi construído com muitas batalhas e conquistas, mostrando que o esporte pode – e deve – ser um ambiente inclusivo, onde cada pessoa tenha a chance de participar, competir e se desenvolver. Apesar dos avanços, os obstáculos continuam presentes: estruturas inadequadas, falta de recursos, profissionais despreparados e, infelizmente, atitudes discriminatórias que ainda limitam muitas oportunidades. Tudo isso reforça a necessidade de continuar lutando por igualdade e respeito.

O esporte tem um papel social gigante. Ele contribui para a saúde, autoestima, autonomia e integração das pessoas com deficiência. Por isso, não basta apenas garantir a presença delas nesse meio — é preciso criar condições reais para que possam estar ali com dignidade e segurança.

A ampliação da acessibilidade nas práticas esportivas deve ser entendida como parte de uma sociedade mais consciente e justa. Mais do que um desafio técnico ou financeiro, trata-se de assumir um compromisso com a valorização da diversidade e com os direitos de todos.

3 PESQUISA DE CAMPO

A partir de agora, iremos apresentar a nossa pesquisa de campo, etapa fundamental para compreender de forma prática e contextualizada os aspectos que envolvem o tema “Acessibilidade no esporte”, essa pesquisa foi realizada por meio da criação de um questionário utilizando a plataforma Google forms, contendo perguntas quantitativas e qualitativas e por meio de análise dos dados buscamos identificar percepções, comportamentos e desafios que não seriam plenamente captados apenas pela pesquisa bibliográfica. O nosso questionário obteve 201 respostas e observamos que o público participante é composto por 48,8% de pessoas do gênero masculino, 43,8% do gênero feminino, 5% que se identificam como não binárias e uma pequena parcela classificada como outro, essa distribuição equilibrada de respostas entre o público masculino e feminino além de uma pequena porém relevante parcela de pessoas fora do binarismo de gênero é positiva para a pesquisa pois nos permite analisar a acessibilidade de diferentes pontos de vista. Outro ponto analisado foi a idade do público, o público dos 13-18 anos representa 69,2% das respostas obtidas, 10,9% entre 19-26 anos, 9,5% entre 27-39 anos, 7% entre 40-50 anos e 3,5% para 51 anos ou mais. Como pode ser observado, o público jovem foi majoritário nas respostas, assim tendo um viés mais jovem.

3.1 Pesquisa quantitativa

[Digite aqui]

Vc possui alguma deficiência?

201 respostas

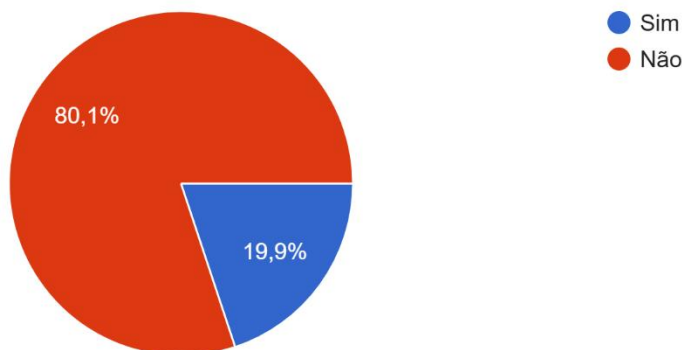


Gráfico 1: Pessoa com deficiência ou não

Fonte: Os autores (2025)

Dos 201 participantes, 19,9% declararam possuir algum tipo de deficiência, enquanto 80,1% afirmaram não possuir. O percentual dessa pesquisa foi bem surpreendente visto que 1 a cada 5 pessoas possuem algum tipo de deficiência, além disso, o número expressivo de participantes sem deficiência possibilita avaliar o grau de empatia e conhecimento do público geral sobre o tema, ampliando a discussão acerca da conscientização social.

Se sim, qual?

201 respostas

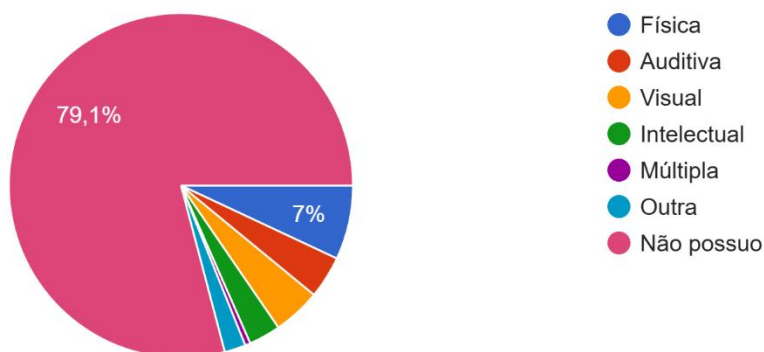


Gráfico 2 - Qual deficiência você possui

Fonte: Os autores (2025)

Os dados coletados retratam que, apesar de muitas respostas, 79,1% são de pessoas não portadoras de deficiência, ou seja, de pessoas que não sofrem da falta de acessibilidade. Já os dados dos portadores de deficiência representam 7% para deficiência física, 4,5% para visual, 4% para auditiva, 3% para intelectual, 0,5% para múltiplas deficiências e 2% para outras. Analisando os dados, é possível observar que a deficiência física é a mais comum entre elas, podendo assim ser um foco para adaptação.

[Digite aqui]

Vc pratica algum esporte ou atividades físicas regularmente?

201 respostas

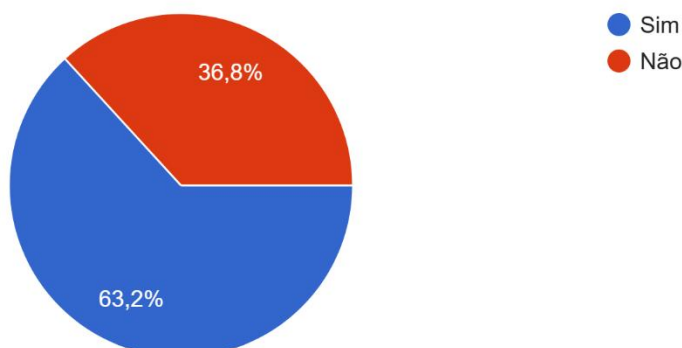


Gráfico 3 - Praticante de atividades físicas ou esportivas

Fonte: Os autores (2025)

De acordo com os dados coletados de 201 respostas, 36,8% das pessoas não praticam esportes ao contrário de 63,2% das pessoas que praticam esportes, a grande quantidade dessas respostas serem de praticantes de esportes ou práticas físicas nos mostram atividades físicas motoras estão bem presentes na população, criando uma população mais ativa e saudável. Além de nos mostrar que o esporte pode ser praticado por qualquer pessoa. Como mencionado no referencial teórico “importância na sociedade”, o acesso a essas práticas não só auxilia na prevenção e melhoria de problemas relacionados à saúde, mas sobretudo, dispõe uma melhor qualidade de vida, desenvolvendo aspectos socioemocionais e auxiliando os grupos socialmente excluídos com a queda no uso de drogas e a diminuição do índice de violências nas regiões periféricas. (PLACARSOFT, 2021).

O local onde pratica ou acompanha atividades esportivas possui: (marque todas que se aplicam)
201 respostas

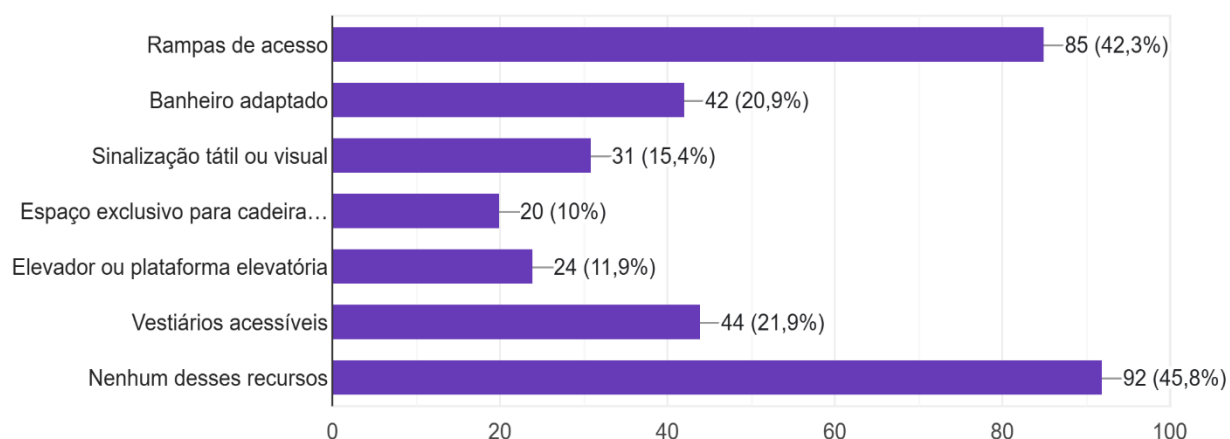


Gráfico 4 - O local de prática da atividade física possui alguns dos itens básicos de acessibilidade

Fonte: Os autores (2025)

A predominância das rampas de acesso (42,3%) indica que há algum esforço mínimo de adequação arquitetônica, mas que ele se limita ao aspecto mais visível e básico da acessibilidade física. Por outro lado, a escassez de elementos como sinalização tátil e espaços adaptados para cadeirantes revela que a acessibilidade comunicacional e funcional permanece deficiente, restringindo a autonomia de pessoas com diferentes tipos de deficiência mostrando o descumprimento da Lei nº10.098/2000 (Lei de acessibilidade) já citada no referencial teórico que ressalta a obrigatoriedade a promoção de acessibilidade em: edificações, transportes, comunicações, eventos, entre outro

Como vc avalia a infraestrutura dos lugares que frequenta ? Praticante ou não do esporte
201 respostas

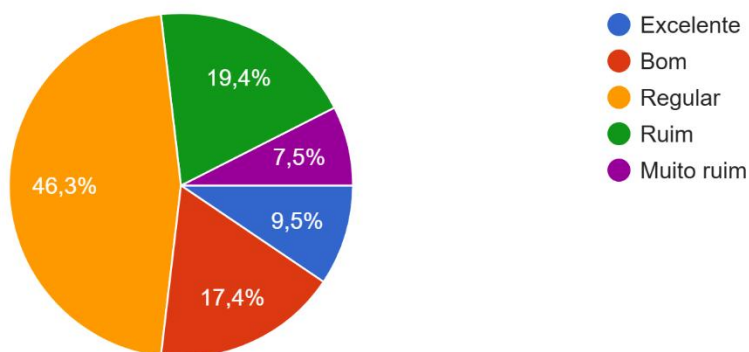


Gráfico 5 - Avaliação da infraestrutura de locais frequentados cotidianamente

Fonte: Os autores (2025)

Os dados recolhidos nos mostram que a grande maioria dos locais frequentados pelas pessoas possuem problemas estruturais significativos visto que a avaliação regular é de 46,3% e ruim é de 19,4% o que indica a necessidades de melhorias físicas arquitetônicas, pois os dados sugerem que os ambientes apresentam características mínimas de funcionalidade mas não atendem plenamente aos critérios de acessibilidade universal previstos pela Lei nº13.146/2015

Há recursos de comunicação acessível (interprete de libras, áudio descrição, escrita em braile, legendas?)

199 respostas

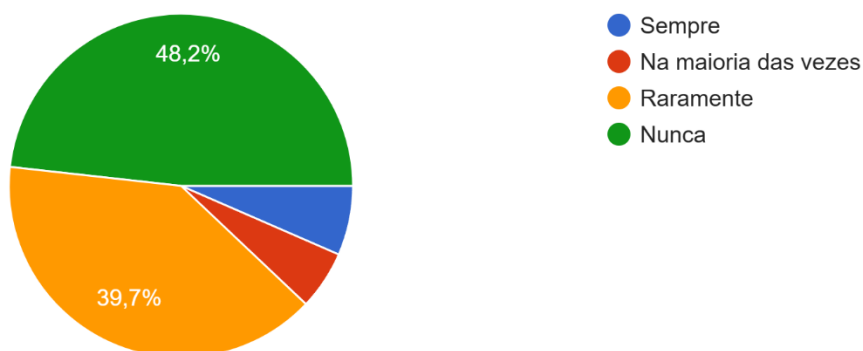


Gráfico 6 - Possui algum recurso acessível de comunicação?

Fonte: Os autores (2025)

Essa predominância de respostas negativas (48,2) evidencia uma carência expressiva de acessibilidade comunicacional, o que compromete a participação de pessoas com deficiência auditiva, visual ou com outras limitações de comunicação. A ausência desses recursos demonstra que a inclusão comunicacional ainda é negligenciada, dificultando a integração plena e o acesso à informação, elementos essenciais para a prática esportiva inclusiva

Vc já viu ou passou por alguma situação onde uma pessoa não podia ou não pode praticar ou participar de uma atividade por falta de recursos acessíveis no espaço?

201 respostas

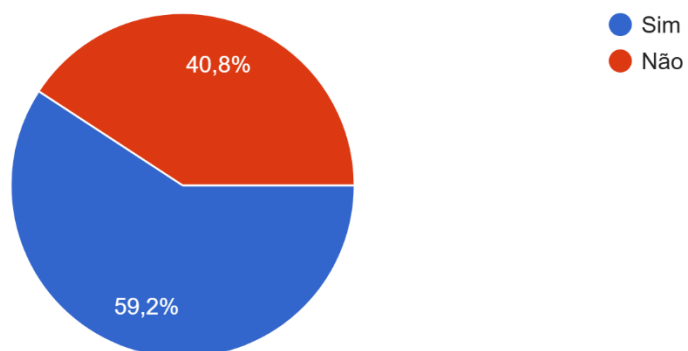


Gráfico 7 - Já passou ou presenciou uma situação onde foi negada a possibilidade de uma pessoa praticar alguma atividade pela falta de acessibilidade?

[Digite aqui]

Com a pesquisa realizada podemos ver que, esse resultado é um indicativo concreto de que a inacessibilidade é uma barreira presente no cotidiano dos espaços esportivos, refletindo não apenas a falta de infraestrutura, mas também a ausência de políticas inclusivas e de sensibilização social. A percepção dos próprios frequentadores sobre essas situações reforça a urgência de ações institucionais e governamentais voltadas à eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais.

Agora iremos apresentar os dados analisados das perguntas qualitativas onde damos vo, para as pessoas que presenciaram ou presenciam os efeitos da acessibilidade ou a falta dela no esporte.

3.2 Pesquisa qualitativa

Qual esporte ou atividade física você pratica

[Digite aqui]

A análise dos dados coletados permite identificar as modalidades esportivas mais praticadas pelos participantes da pesquisa. Observa-se que a musculação é a atividade mais popular, com 37 pessoas praticantes. Esse resultado indica uma tendência crescente à valorização da saúde física, da estética corporal e da busca por bem-estar individual, aspectos fortemente associados à prática regular de exercícios em academias.

Em seguida, o futebol, com 35 participantes, aparece como a segunda modalidade mais escolhida, confirmando seu papel tradicional e culturalmente enraizado na sociedade brasileira, sendo um esporte que promove integração social e espírito coletivo. O vôlei, por sua vez, ocupa a terceira posição, com 28 praticantes, demonstrando também ampla aceitação, principalmente por ser uma modalidade bastante difundida em escolas e espaços recreativos.

Entre as atividades com menor adesão estão o basquete (16 participantes), as artes marciais (9), o atletismo (12), o tênis de mesa (7) e a natação (3). Esses números podem estar relacionados à disponibilidade de infraestrutura específica, ao custo de prática ou ao menor incentivo cultural em comparação com as modalidades mais populares.

Quais mudanças ou recursos você considera essenciais para melhorar a acessibilidade no esporte?

[Digite aqui]

Após a análise dessa pesquisa é possível identificar que a maioria dos respondentes aponta a infraestrutura como o principal fator a ser aprimorado para garantir maior inclusão, com 57,71% das 175 respostas. Dentre elas, 27,72% ressaltaram também a falta de profissionais qualificados, o que evidencia uma preocupação não apenas com o ambiente físico, mas com a preparação técnica e humana necessária para o acolhimento de pessoas com deficiência.

A conscientização, representada por 19,42% das respostas, aparece como outro aspecto relevante, embora em menor proporção. Isso demonstra que parte dos participantes reconhece a importância de mudanças culturais e atitudinais, como o combate ao preconceito e a valorização da diversidade, para promover uma inclusão efetiva. Já 40 respondentes consideraram que ambos os fatores — infraestrutura e conscientização — são igualmente essenciais, indicando uma visão mais ampla e integrada sobre o tema.

Desta forma, observa-se que a predominância das respostas voltadas à infraestrutura reflete uma realidade ainda marcada por barreiras físicas e estruturais nas instalações esportivas. No entanto, a menção expressiva à carência de profissionais capacitados e à necessidade de conscientização social sugere que a acessibilidade plena depende de ações conjuntas, que envolvam investimentos em espaços adequados, capacitação de equipes e mudanças culturais.

Deixe seu comentário ou relato de experiência

A análise dos relatos coletados demonstra que a maior parte dos participantes direcionou suas observações a críticas relacionadas à infraestrutura e à falta de investimentos, representando 23 respostas. Esse resultado evidencia uma percepção generalizada de que as condições estruturais ainda são insuficientes para garantir o acesso pleno e igualitário à prática esportiva.

[Digite aqui]

As críticas sobre a conscientização e o senso das pessoas, mencionadas por 12 respondentes, indicam que barreiras atitudinais e sociais também persistem, refletindo a necessidade de maior sensibilização quanto à importância da inclusão no esporte.

Por outro lado, apenas 5 respostas apresentaram relatos positivos, o que mostra que as experiências bem-sucedidas ainda são pontuais e não representam a realidade predominante.

De modo geral, os resultados apontam que a inclusão esportiva enfrenta desafios estruturais e culturais, exigindo investimentos contínuos, políticas públicas eficazes e ações de conscientização para ampliar o acesso e fortalecer experiências positivas na área.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito analisar a acessibilidade no esporte brasileiro e compreender de que forma a insuficiência de infraestrutura, políticas públicas, profissionais capacitados e incentivo afeta a participação de pessoas com deficiência nas práticas esportivas. A partir do referencial teórico e da pesquisa de campo realizada, foi possível constatar que, apesar dos avanços históricos e legislativos, a inclusão plena ainda é um desafio significativo no país

A pesquisa realizada evidenciou que a acessibilidade vai muito além do simples acesso físico aos espaços esportivos. Ela envolve condições estruturais, comunicacionais, sociais e atitudinais que permitam às pessoas com deficiência exercerem seus direitos de forma autônoma e segura. Embora existam leis como a Lei nº 10.098/2000 e a Lei nº 13.146/2015, os dados encontrados indicam que sua aplicação ainda é limitada na realidade cotidiana.

A pesquisa de campo contribuiu para reforçar esse diagnóstico. Os resultados apontaram falta de rampas, ausência de sinalização tátil, inexistência de recursos comunicacionais e relatos de situações em que pessoas foram impedidas de realizar atividades físicas por falta de acessibilidade. Porém as respostas também reforçam que as barreiras enfrentadas não são apenas técnicas, mas também culturais. Muitas pessoas ainda desconhecem suas responsabilidades em relação à inclusão e, por isso, a acessibilidade acaba ficando restrita a medidas básicas, sem considerar a diversidade real das necessidades de quem pratica esporte com algum tipo de deficiência.

O nosso estudo também destacou a importância do esporte para o desenvolvimento físico, emocional e social das pessoas com deficiência. As práticas esportivas promovem autoestima, autonomia, integração social e melhoria da saúde, sendo comprovadamente ferramentas eficazes de inclusão. No entanto, a permanência de barreiras estruturais e culturais impede que esse potencial seja alcançado por grande parte dessa população.

Diante desses achados, conclui-se que o Brasil necessita avançar na implementação de políticas públicas contínuas, no investimento em infraestrutura acessível, na capacitação profissional e no incentivo ao esporte adaptado desde a infância. Além disso, a mudança de mentalidade social e o combate ao capacitismo são essenciais para que a inclusão não se limite ao papel, mas se concretize na prática diária.

Por fim, este trabalho reforça que a acessibilidade no esporte não deve ser vista como benefício ou privilégio, mas como um direito. Garantir que todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam participar de atividades esportivas de forma igualitária é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, humana e verdadeiramente inclusiva.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Estatísticas. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/estatisticas>. Acesso em: 28 Março 2025

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 Mar. 2025

JUSBRSIL. Breve Resumo da Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/breve-resumo-da-lei-13146-2015-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia/549062377>. Acesso em: 28 Mar. 2025

TODA MATÉRIA. Cidadania. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/cidadania/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia> . Acesso em: 4 Abril 2025

GOV.BR. Inclusão e Acessibilidade. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Inclus%C3%A3o-e-Acessibilidade.pdf> . Acesso em: 4 Abril 2025

PLACARSOFT. Acessibilidade no Esporte: Iniciativas que Deram Certo. Disponível em: <https://placarsoft.com.br/blog/post/acessibilidade-no-esporte-iniciativas-que-deram-certo> . Acesso em: 4 Abril 2025

AGÊNCIA GOV. Levantamento do eSocial Aponta 545,9 Mil Trabalhadores com Deficiência no Mercado de Trabalho no Brasil. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/levantamento-do-esocial-aponta-545-9-mil-trabalhadores-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-no-brasil> . Acesso em: 4 Abril 2025

BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098,

[Digite aqui]

de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>. Acesso em: 16 Maio 2025

FREEDOM. Pessoa com Deficiência: Evolução do Termo e dos Conceitos Aplicados.

Disponível em: <https://blog.freedom.ind.br/pessoa-com-deficiencia-evolucao-do-termo-e-dos-conceitos-aplicados/>. Acesso em: 16 Maio 2025

FREEDOM. Pessoa com Deficiência: Evolução do Termo e dos Conceitos Aplicados.

Disponível em: <https://blog.freedom.ind.br/pessoa-com-deficiencia-evolucao-do-termo-e-dos-conceitos-aplicados/>. Acesso em: 30 maio 2025.

D1WQTXTS1XZLE7. Definição e Classificação da Deficiência Física. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32800759/definicao-e-classificacao-da-deficiencia-fisica-libre.pdf?1391112444=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DTexto%20de%20apoio%20ao%20curso%20de%20especializaca.pdf&Expires=1748628716&Signature=WeoK4C8w97wgRd2lqqbyaQXtTHC-ChaikJd77tbNR8bmCqq8emuBVV1RYiuFa6y3zhf7~wSjpl5XC36F9gblir-QRSJAtGLbpVLbRHrC1ncEp7x-46DQAcISxDxksa3rcG0~yMYB4r6Ha9OMH6mji0mfHu2B33Tm1GHAqle5rzQGGBsAetl4AISkco cuS8xc~Q1pcbDjIAyQJ60DofDG~h5H2qIUdthN5Vz0zMpaTZX8QUO9d8k36o60yul~sRoZh6Tuv7GYoMsikYEyJmkEGUsV1ARCaA4fWbdK8vRXLIBRsTmCoHoRv3AyEnh1N5CJBq51CF8Eaj-SZrSswgWU2kA_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 30 maio 2025.

FREEDOM. Pessoa com Deficiência: Evolução do Termo e dos Conceitos Aplicados.

Disponível em: <https://blog.freedom.ind.br/pessoa-com-deficiencia-evolucao-do-termo-e-dos-conceitos-aplicados/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Deficiência Visual. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL PR. Deficiência Visual. Disponível em:

<https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Pagina/Deficiencia-Visual>. Acesso em: 13 jun. 2025.

[Digite aqui]

INSTITUTO DOS CEGOS. Deficiência Visual. Disponível em:

<https://www.institutodoscegos.org.br/deficiencia-visual>. Acesso em: 13 jun. 2025.

HANDTALK. Surdo ou Deficiente Auditivo? Disponível em:

<https://www.handtalk.me/br/blog/surdo-ou-deficiente-auditivo/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Decreto Federal nº 914, de 6 de setembro de 1993. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1999/D914.htm. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615.htm. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 13 jun. 2025.

SÃO PAULO. Decreto nº 53.603, de 23 de outubro de 2008. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-53603-23.10.2008.html>.

Acesso em: 13 jun. 2025.

SÃO PAULO. Lei nº 14.659, de 26 de dezembro de 2007. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-14659-26.12.2007.html>. Acesso em:

13 jun. 2025.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MSD MANUALS. Deficiência Intelectual. Disponível em:

<https://www.msdmanuals.com/pt/profissional/pediatria/dist%C3%BArbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/defici%C3%A2ncia-intelectual>. Acesso em: 19 jun. 2025.

[Digite aqui]

INSTITUTO NEURO SABER. Como Identificar a Deficiência Intelectual. Disponível em:

<https://institutoneurosaber.com.br/artigos/como-identificar-a-deficiencia-intelectual/#:~:text=Muitos%20sinais%20de%20defici%C3%Aancia%20intelectual,Atrasos%20ou%20dificuldades%20na%20fala>. Acesso em: 19 jun. 2025.

FREEDOM. Pessoa com Deficiência: Evolução do Termo e dos Conceitos Aplicados.

Disponível em: <https://blog.freedom.ind.br/pessoa-com-deficiencia-evolucao-do-termo-e-dos-conceitos-aplicados/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

[Digite
aqui]